

BW Guirapá I S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
BW Guirapá I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BW Guirapá I S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BW Guirapá I S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 14 de abril de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

José Luiz Santos Vaz Sampaio
José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.587	3.104	29.714	20.124	Fornecedores	12	-	1	1.546	4.832
Contas a receber	7	-	-	8.808	7.321	Financiamentos	14	-	-	25.818	26.052
Impostos a recuperar		336	264	762	277	Impostos e contribuições sociais	15	-	3	813	1.738
Dividendos a receber	8	121	-	-	-	Contas de ressarcimento CCEE	13	-	-	3.343	4.668
Outros		78	-	2.020	1.212	Provisão para custos socioambientais	16	-	-	579	1.656
Total do ativo circulante		<u>3.122</u>	<u>3.368</u>	<u>41.304</u>	<u>28.934</u>	Arrendamentos a pagar	17	-	-	675	-
						Outras contas a pagar		-	-	277	435
NÃO CIRCULANTE						Total do passivo circulante		-	4	<u>33.051</u>	<u>39.381</u>
Depósitos vinculados	14	-	9.121	33.524	39.450						
Outros ativos		-	-	20	49	NÃO CIRCULANTE					
Investimentos	8	470.498	472.879	-	-	Financiamentos	14	-	-	282.449	306.601
Imobilizado	9	525	447	715.521	755.855	Contas de ressarcimento CCEE	13	-	-	5.447	4.668
Intangível	10	-	-	11.176	11.867	Partes relacionadas	24	-	9.147	-	-
Direito de uso em arrendamento	11	-	-	9.979	-	Provisão para custos com desmobilização	16	-	-	7.494	8.841
Total do ativo não circulante		<u>471.023</u>	<u>482.447</u>	<u>770.220</u>	<u>807.221</u>	Arrendamentos a pagar	17	-	-	8.938	-
						Total do passivo não circulante		-	9.147	<u>304.328</u>	<u>320.110</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social integralizado	18	604.389	604.389	604.389	604.389
						Prejuízos acumulados		(130.244)	(127.725)	(130.244)	(127.725)
						Total do patrimônio líquido		<u>474.145</u>	<u>476.664</u>	<u>474.145</u>	<u>476.664</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>474.145</u>	<u>485.815</u>	<u>811.524</u>	<u>836.155</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>474.145</u>	<u>485.815</u>	<u>811.524</u>	<u>836.155</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de vendas de energia	19	-	-	93.955	90.399
Custos com geração de energia	20	-	-	(61.754)	(63.107)
LUCRO BRUTO		-	-	32.201	27.292
Despesas gerais e administrativas	21	(508)	(513)	(7.982)	(9.774)
Baixa do ágio do investimento	21	-	(19.995)	-	(19.995)
Equivalência patrimonial	21	(2.260)	(22.022)	-	-
Outras despesas	21	-	-	-	(2.353)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(2.768)	(42.530)	24.219	(4.830)
Despesas financeiras	22	(146)	(155)	(29.509)	(37.010)
Receitas financeiras	22	395	383	3.140	3.314
Resultado financeiro		249	228	(26.369)	(33.696)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.519)	(42.302)	(2.150)	(38.526)
Imposto de renda e contribuição social	23	-	-	(369)	(3.776)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(2.519)	(42.302)	(2.519)	(42.302)
Prejuízo do exercício por ação do capital social (em R\$)	18	(2,52)	(42,24)	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2.519)	(42.302)	(2.519)	(42.302)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(2.519)</u>	<u>(42.302)</u>	<u>(2.519)</u>	<u>(42.302)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(CONTROLADORA E CONSOLIDADO) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>Capital</u> <u>social</u> <u>integralizado</u>	<u>Prejuízos</u> <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		600.489	(85.423)	515.066
Aumento de capital	18	3.900	-	3.900
Prejuízo do exercício		-	(42.302)	(42.302)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	18	<u>604.389</u>	<u>(127.725)</u>	<u>476.664</u>
Prejuízo do exercício		-	(2.519)	(2.519)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	18	<u>604.389</u>	<u>(130.244)</u>	<u>474.145</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(2.519)	(42.302)	(2.519)	(42.302)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício:					
Equivalência patrimonial	8	2.260	22.022	-	-
Depreciação e amortização	9, 10 e 11	16	293	40.957	43.567
Baixa do ágio do investimento	8	-	19.995	-	19.995
Baixa de ativo imobilizado	9	-	-	-	3.261
Atualização ressarcimento - CCEE	22	-	-	411	1.616
Atualização arrendamento a pagar		-	-	37	-
Juros sobre financiamento	14 e 22	-	-	28.095	31.809
Apropriação dos custos sobre financiamento	14	-	-	456	452
Rendimento financeiro de depósitos vinculados		(229)	(137)	(2.009)	(2.690)
(Aumento) redução de ativos:					
Contas a receber		-	-	(1.487)	1.064
Impostos a recuperar		(72)	(62)	(485)	(71)
Outros ativos		(116)	-	(779)	(627)
Aumento (redução) de passivos:					
Fornecedores		(1)	(4)	(1.939)	(2.238)
Conta de ressarcimento - CCEE		-	-	(957)	748
Impostos e contribuições sociais		(3)	3	65	3.359
Pagamento de custos socioambientais e desmobilização		-	-	(2.424)	(567)
Outras contas a pagar		-	(4)	(158)	(376)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(990)	(2.932)
Pagamento de financiamento - juros	14	-	-	(27.134)	(29.646)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(664)</u>	<u>(196)</u>	<u>29.140</u>	<u>24.422</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aumento de capital em controladas	18	-	(5.993)	-	-
Depósitos vinculados		9.350	(8.983)	7.935	4.838
Aquisição de imobilizado	9	(94)	-	(938)	(212)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>9.256</u>	<u>(14.976)</u>	<u>6.997</u>	<u>4.626</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Captação de financiamento	14	-	-	-	290
Pagamento de financiamento - principal	14	-	-	(25.803)	(25.632)
Amortização de arrendamentos	17	-	-	(744)	-
Partes relacionadas	24	(9.109)	9.147	-	-
Integralização de capital	18	-	3.900	-	3.900
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		<u>(9.109)</u>	<u>13.047</u>	<u>(26.547)</u>	<u>(21.442)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>(517)</u></u>	<u><u>(2.125)</u></u>	<u><u>9.590</u></u>	<u><u>7.606</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	3.104	5.229	20.124	12.518
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	2.587	3.104	29.714	20.124
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>(517)</u></u>	<u><u>(2.125)</u></u>	<u><u>9.590</u></u>	<u><u>7.606</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A BW Guirapá I S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Dácio Oliveira, 889, Caetité – BA, foi constituída em 1º de fevereiro de 2012, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades que tenham como objeto o segmento de energia eólica. Atua como empresa "holding" destinada, exclusivamente, aos investimentos relacionados ao empreendimento denominado "Complexo Guirapá", composto por sete parques eólicos denominados "Centrais Eólicas", que têm como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente, sendo localizadas nos municípios de Pindaí e Caetité no Estado da Bahia.

Segundo as Portarias do Ministério de Minas e Energia ("MME"), abaixo detalhadas, as companhias estão autorizadas a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos a partir de fevereiro de 2012. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no âmbito do Leilão de Reserva – 2011 ("LER 2011"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), no ambiente regulado com a CCEE, por meio do qual venderão toda sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 (vinte) anos. As Centrais Eólicas tiveram seu início de período de suprimento concatenado com a data da disponibilização das instalações da transmissão da subestação SE Pindaí II, o qual ocorreu em 16 de novembro de 2015.

A seguir, um resumo das características operacionais de cada uma das Centrais Eólicas:

Central Eólica	Capacidade instalada (MW) (*)	1ª Portaria de Autorização do MME ⁽¹⁾	Energia contratada 1º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	Energia contratada 2º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	Preço inicial do Contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh) ⁽²⁾
Angical	12,95	37, de 03/02/2012	6,0	5,6	99,98	156,22
Caititu	22,2	54, de 09/02/2012	10,5	10,5	99,98	156,22
Coqueirinho	29,6	53, de 09/02/2012	13,5	13,4	96,97	151,51
Corrupião	27,75	70, de 22/02/2012	13,7	12,9	96,97	151,51
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,5	15,5	96,97	151,51
Tamandua Mirim	29,6	52, de 09/02/2012	13,6	13,2	96,97	151,51
Teiú	16,65	36, de 03/02/2012	8,2	7,7	99,98	156,22
	<u>170,2</u>		<u>81,0</u>	<u>78,8</u>		

(*) Conforme Portaria de Autorização MME.

(1) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME – Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.

(2) Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde julho de 2011. Valores atualizados pela CCEE data-base agosto de 2019.

(3) Conforme contrato de compra e venda, o 1º quadriênio foi finalizado em junho de 2018 e o 2º quadriênio teve início em julho de 2018.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em 14 de abril de 2020.

1.1. Alteração de controle acionário

Em 2 de abril de 2018, a Cia de Ferro Ligas da Bahia S.A. – FERBASA (“Ferbasa”) adquiriu da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. e da Brazil Wind S.A. a totalidade das ações da BW Guirapá I S.A., o que inclui indiretamente a aquisição de 100% das ações das sete Centrais Eólicas do Complexo Guirapá. A partir desta data, a Ferbasa passou a deter o controle direto da BW Guirapá e a titularidade de todas as ações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2019 e 2018, cujas participações são apresentadas a seguir:

<u>Companhia</u>	<u>Participação direta</u>
Central Eólica Angical S.A.	100,00%
Central Eólica Caititu S.A.	100,00%
Central Eólica Coqueirinho S.A.	100,00%
Central Eólica Corrupião S.A.	100,00%
Central Eólica Inhambu S.A.	100,00%
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.	100,00%
Central Eólica Teiú S.A.	100,00%

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados, se aplicável, em transações entre companhias do grupo são eliminados. As práticas contábeis e os períodos contábeis das demonstrações das controladas são idênticos ao da controladora.

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes das investidas.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista, aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de "impairment"; e (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de "impairment" em 31 de dezembro 2019 (nota explicativa nº 7).

2.5. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

- (i) Custo amortizado: Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia e suas controladas. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.
- (ii) Mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.
 - (a) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

(b) "Impairment" de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foi identificado *impairment* para ativos financeiros.

(c) Desreconhecimento

A Companhia e controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2.6. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, ou seja, a participação nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados.

O ágio anteriormente registrado possui vida útil definida com amortização em 20 anos (prazo do contrato de compra e venda de energia). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração concluiu sobre a não realização do ágio registrado em exercícios anteriores e, portanto, decidiu baixar contra o resultado do exercício (ver nota explicativa nº 8).

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados e custos socioambientais e de desmobilização (nota explicativa nº 16).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, limitada ao período e autorização vigente do parque eólico.

2.8. Intangível

Composto pelos direitos de uso de ativos para exploração e servidão pagos durante a construção dos parques eólicos. Para os contratos em que a Companhia e suas controladas atuam como contratantes, os pagamentos foram capitalizados no ativo intangível desde o início do contrato e, após a entrada em operação, passou a ser amortizado pelo período remanescente da autorização vigente do parque eólico

2.9. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

2.9.1. Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

2.9.2. Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

2.9.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.10. "Impairment" de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados anualmente para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foi identificado *impairment* para ativos não financeiros.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12. Financiamentos

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

2.13. Contas de ressarcimento – CCEE

As contas de ressarcimento – CCEE referem-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

- (a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual atualizado sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 30 de junho de 2018 e o segundo quadriênio teve início em julho de 2018.
- (b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as Companhias receberão 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente.

2.14. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) as controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Lucro real – Controladora e Controladas (a partir do exercício de 2019)

O imposto de renda e a contribuição social, via de regra são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido – Controladas (até o exercício de 2018)

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.16. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.17. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado, alinhado com o pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e de suas controladas.

2.18. Custos de desmobilização do parque eólico

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; (v) painéis elétricos; e (vi) outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de desmontagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

2.19. Novos pronunciamentos técnicos

As novas normas a seguir, emitidas pelo IASB e recepcionadas pelo CFC, passaram a vigorar efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia as adotou conforme mencionado abaixo.

2.20.1. CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

A norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários, reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial, tenha como base valores variáveis ou prazo indeterminado. A Companhia e suas controladas avaliaram os impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes da adoção inicial da norma, conforme nota explicativa nº 11.

2.20.2. ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A nova norma aborda sobre os requisitos de reconhecimento e mensuração do pronunciamento técnico CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia e suas controlada avaliaram e não identificaram impactos significativos em decorrência dessa interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação vigente.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(i) Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia assumiu a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a contratos de cessão de direito de uso de terrenos onde está localizado o parque eólico. A provisão é mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e pelas mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

(ii) Contas de ressarcimento – CCEE

As contas de ressarcimento – CCEE refletem os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais (nota explicativa nº 2.12). A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(iii) Impairment, vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota explicativa nº 2.7.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco de escassez de vento. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos durante o exercício destas demonstrações financeiras.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia, CCEE.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

d) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Consolidado	
	31/12/19	31/12/18
Financiamentos (nota explicativa nº 14)	308.267	332.653
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6)	(29.714)	(20.124)
(-) Depósitos vinculados (nota explicativa nº 14)	(33.524)	(39.450)
Dívida líquida (a)	<u>245.029</u>	<u>273.079</u>
Total do patrimônio líquido	<u>474.145</u>	<u>476.664</u>
Total do capital (b)	<u>719.174</u>	<u>749.743</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a/b)	<u>34%</u>	<u>36%</u>

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
<u>Ativos financeiros</u>				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Caixa e bancos (nota explicativa nº 6)	2.587	3.104	29.714	20.124
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7)	-	-	8.808	7.321
Depósitos vinculados (nota explicativa nº 14)	-	9.121	33.524	39.450
<u>Passivos financeiros</u>				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Fornecedores (nota explicativa nº 12)	-	1	1.546	4.832
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14)	-	-	308.267	332.653
Partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	-	9.147	-	-
Arrendamentos a pagar (nota explicativa nº 17)	-	-	9.613	-

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Caixa e bancos	2	5	4.323	4.822
Aplicação financeira	2.585	3.099	25.391	15.302
	<u>2.587</u>	<u>3.104</u>	<u>29.714</u>	<u>20.124</u>

O saldo de recursos em banco e em caixa compreende aos depósitos em conta-corrente disponíveis para uso imediato. As aplicações financeiras estão atreladas a cotas de Fundos de Investimentos Itaú Unibanco Top DI Referenciado. Em 31 de dezembro de 2019 o Fundo rendeu 90,0% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (31 de dezembro de 2018 – 97,15%).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

7. CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)

	31/12/19	31/12/18
CCEE	<u>8.808</u>	<u>7.321</u>

Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), recebido mensalmente. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2019. Não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia.

8. INVESTIMENTOS

O investimento da Companhia está representado pela participação em controladas, a saber:

Centrais Eólicas	Ações ordinárias	Participação no	Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
		capital integralizado	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
		31/12/19 e 31/12/18				
Angical	716.130	100%	35.730	36.744	(1.014)	(1.686)
Caititu	962.501	100%	64.069	63.864	205	(2.428)
Coqueirinho	995.871	100%	80.251	79.779	593	(4.212)
Corrupião	718.662	100%	70.952	72.112	(1.160)	(2.682)
Inhambu	930.175	100%	88.449	88.655	(206)	(3.434)
Tamanduá Mirim	1.052.599	100%	80.964	83.025	(2.061)	(5.701)
Teiú	745.398	100%	50.083	48.700	1.383	(1.879)
			<u>470.498</u>	<u>472.879</u>	<u>(2.260)</u>	<u>(22.022)</u>

A movimentação do saldo de investimento está demonstrada a seguir:

Centrais Eólicas	Saldos em 31/12/2017	Aportes (1)	Equivalência patrimonial	Amortiza- ção ágio	Baixa ágio (2)	Saldos em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Divi- Dendos	Saldos em 31/12/2019
Angical	38.430	-	(1.686)	-	-	36.744	(1.014)	-	35.730
Caititu	65.466	826	(2.428)	-	-	63.864	205	-	64.069
Coqueirinho	82.794	1.197	(4.212)	-	-	79.779	593	(121)	80.251
Corrupião	74.014	780	(2.682)	-	-	72.112	(1.160)	-	70.952
Inhambu	91.000	1.089	(3.434)	-	-	88.655	(206)	-	88.449
Tamanduá	-	-	(5.701)	-	-	83.025	-	-	-
Mirim	86.715	2.011	-	-	-	-	(2.061)	-	80.964
Teiú	50.489	90	(1.879)	-	-	48.700	1.383	-	50.083
Subtotal	488.908	5.993	(22.022)	-	-	472.879	(2.260)	(121)	470.498
Ágio	22.320	-	-	-	(22.320)	-	-	-	-
(-) Amortização	(2.046)	-	-	(279)	2.325	-	-	-	-
Total	509.182	5.993	(22.022)	(279)	(19.995)	472.879	(2.260)	(121)	470.498

(1) Aportes de capital integralizados pela controladora BW Guirapá I S.A. em suas controladas em caixa.

(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração concluiu sobre a não realização do ágio registrado em exercícios anteriores e, portanto, decidiu baixar contra o resultado do exercício.

9. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2019		31/12/2018
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comunicação	10%	50	(24)	26
Máquinas e equipamentos	10%	4.791	(322)	4.469
Aerogeradores	4,4%	758.079	(120.711)	637.368
Sistemas de transmissão e conexão	3,2%	37.342	(8.585)	28.757
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	75.807	(31.674)	44.133
Terrenos	-	601	-	601
Outros imobilizados	10%	276	(109)	167
		<u>876.946</u>	<u>(161.425)</u>	<u>715.521</u>
				<u>755.855</u>

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Reversão de provisão de	31/12/2018
					fornecedores (*)	
Custo						
Equipamentos de comunicação	50	-	-	-	-	50
Máquinas e equipamentos	6.746	182	(908)	(1.229)	-	4.791
Aerogeradores	588.084	-	-	170.514	-	758.598
Sistemas de transmissão e conexão	54.651	-	-	(17.309)	-	37.342
Edificações, obras civis e benfeitorias	235.105	-	(2.353)	(151.976)	(4.978)	75.798
Outros	145	30	-	-	-	175
Terrenos	601	-	-	-	-	601
Total do custo	<u>885.382</u>	<u>212</u>	<u>(3.261)</u>	<u>-</u>	<u>(4.978)</u>	<u>877.355</u>
Depreciação						
Equipamentos de comunicação	(14)	(5)	-	-	-	(19)
Máquinas e equipamentos	(203)	(54)	-	-	-	(257)
Aerogeradores	(53.908)	(31.003)	-	-	-	(84.911)
Sistemas de transmissão e conexão	(5.010)	(2.355)	-	-	-	(7.365)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(19.739)	(9.128)	-	-	-	(28.867)
Outros	(62)	(19)	-	-	-	(81)
Total da depreciação	<u>(78.936)</u>	<u>(42.564)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(121.500)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>806.446</u>	<u>(42.352)</u>	<u>(3.261)</u>	<u>-</u>	<u>(4.978)</u>	<u>755.855</u>

(*) Ver nota explicativa nº 26

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão de provisão de desmobilização(*)</u>	<u>31/12/2019</u>
Custo				
Equipamentos de comunicação	50	-	-	50
Máquinas e equipamentos	4.791	-	-	4.791
Aerogeradores	758.598	828	(1.347)	758.079
Sistemas de transmissão e conexão	37.342	-	-	37.342
Edificações, obras civis e benfeitorias	75.798	9	-	75.807
Outros	175	101	-	276
Terrenos	601	-	-	601
Total do custo	877.355	938	(1.347)	876.946
Depreciação				
Equipamentos de comunicação	(19)	(5)	-	(24)
Máquinas e equipamentos	(257)	(65)	-	(322)
Aerogeradores	(84.911)	(35.800)	-	(120.711)
Sistemas de transmissão e conexão	(7.365)	(1.220)	-	(8.585)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(28.867)	(2.807)	-	(31.674)
Outros	(81)	(28)	-	(109)
Total da depreciação	(121.500)	(39.925)	-	(161.425)
Total do imobilizado líquido	755.855	(38.987)	(1.347)	715.521

(*) Ver nota explicativa nº 26

10. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

<u>Custo</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa do ágio (a)</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2019</u>
Ágio na aquisição de investimento (a)	22.320	-	(22.320)	-	-	-
Cessão de uso de solo e servidões (b)	13.826	-	-	13.826	-	13.826
Total do custo	36.146	-	(22.320)	13.826	-	13.826
(-) Amortizações ágio	(2.046)	(279)	2.325	-	-	-
(-) Amortizações cessão de uso de solo	(1.235)	(724)	-	(1.959)	(691)	(2.650)
Intangível líquido	32.865	(1.003)	(19.995)	11.867	(691)	11.176

(a) Ágio fundamentado em rentabilidade futura das investidas foi incluído no valor contábil do investimento da controladora e foi amortizado a partir da entrada em operação das investidas. No consolidado, o ágio foi reclassificado para o intangível. Este ágio foi baixado em função do descrito na nota explicativa nº 1.1.

(b) Refere-se aos contratos de cessão de uso de solo, pagos durante a fase de construção dos parques eólicos, que concede ao contratante os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão.

11. DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO (CONSOLIDADO)

A movimentação do direito de uso de terrenos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Total</u>
Custo			
Adoção inicial 01/01/2019	10.321	151	10.472
Remensuração	(155)	3	(152)
	10.166	154	10.320
Depreciação			
Saldo em 31/12/2019	(309)	(32)	(341)
	9.857	122	9.979

Os montantes reconhecidos na adoção inicial no montante consolidado de R\$10.320 não afetaram as demonstrações de fluxo de caixa.

12. FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

O saldo a pagar aos fornecedores de máquinas, equipamentos e empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e de engenharia, está assim representado:

<u>Equipamento/Serviço</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Sistemas elétricos	1.204	3.861
Tarifas de transmissão	277	282
Outras contas a pagar	65	689
Total	<u>1.546</u>	<u>4.832</u>

13. CONTAS DE RESSARCIMENTO – CCEE (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2017</u>	Provisão/ Reversão	<u>31/12/2018</u>	Provisão/ Reversão	<u>31/12/2019</u>
Inferior a 10%	6.639	1.974	8.613	(3.166)	5.447
Superior a 10%	<u>333</u>	<u>390</u>	<u>723</u>	<u>2.620</u>	<u>3.343</u>
Total do passivo	<u>6.972</u>	<u>2.364</u>	<u>9.336</u>	<u>(546)</u>	<u>8.790</u>
Circulante	3.486		4.668		3.343
Não circulante	3.486		4.668		5.447

Corresponde ao valor da energia não entregue prevista no contrato de concessão (nota explicativa nº 2.13). O acerto financeiro do montante superior ao limite de 10% da faixa de tolerância será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte valorado a 115% da tarifa vigente. O valor da energia não entregue dentro da faixa de tolerância de 10% será liquidado em 12 parcelas a partir do mês subsequente ao final do quadriênio, iniciado em julho de 2019 e a findar em junho de 2023, valorado ao preço da tarifa vigente.

14. FINANCIAMENTO (CONSOLIDADO)

Em 6 de outubro de 2015 as Centrais Eólicas assinaram, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), os contratos de financiamento de construção do parque eólico. O financiamento está distribuído pelas SPEs da seguinte forma:

<u>Centrais Eólicas</u>	<u>Nº do contrato</u>	<u>Subcrédito A</u>	<u>Subcrédito B</u>	<u>Subcrédito C</u>	<u>Total</u>
Angical	15.2.0345.1	R\$22.474	R\$6.342	-	R\$28.816
Caititu	15.2.0346.1	R\$39.330	R\$11.098	-	R\$50.428
Coqueirinho	15.2.0347.1	R\$49.446	R\$14.268	-	R\$63.714
Corrupião	15.2.0348.1	R\$46.080	R\$14.480	-	R\$60.560
Inhambu	15.2.0344.1	R\$69.391	R\$16.382	R\$1.945	R\$87.718
Tamanduá Mirim	15.2.0349.1	R\$50.942	R\$14.374	-	R\$65.316
Teiú	15.2.0343.1	R\$25.741	R\$8.667	-	R\$34.408

Para todas as controladas, a taxa de juros dos contratos é de 2,65% a.a. mais a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), com pagamentos mensais e sucessivos, vencendo o primeiro em 15 de dezembro de 2015 e o último em 15 de abril de 2032.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas. A Companhia também deve manter, durante toda a vigência do contrato, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado anualmente para todo o grupo em 1,30, o qual em 31 de dezembro de 2019 foi atendido.

As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da Companhia, penhor das ações da Controladora, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

A Companhia ao apurar lucro líquido, deve destinar ao acionista um dividendo mínimo obrigatório de 10% conforme estatuto social, mediante aprovação prévia do BNDES.

a) Movimentação dos financiamentos

A movimentação da conta de financiamentos foi a seguinte:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Saldo inicial	332.653	355.380
Captação líquida	-	290
Encargos de dívidas - juros e variação monetária	28.095	31.809
Amortização do principal	(25.803)	(25.632)
Pagamento de juros	(27.134)	(29.646)
Apropriação de custo - Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF") sobre financiamento	456	452
Saldo final	<u>308.267</u>	<u>332.653</u>
Apresentados como:		
Circulante	25.818	26.052
Não circulante	<u>282.449</u>	<u>306.601</u>
	<u>308.267</u>	<u>332.653</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2020	-	24.953
2021	25.818	24.953
2022	25.818	24.953
2023	25.818	24.953
2024	25.818	24.953
2025 em diante	<u>179.177</u>	<u>181.836</u>
	<u>282.449</u>	<u>306.601</u>

b) Depósitos vinculados

Refere-se ao depósito vinculado no montante de R\$33.524 (R\$39.450 em 31 de dezembro de 2018) para garantia do pagamento do financiamento com o BNDES, mantido em fundo de investimento junto ao Banco Itaú, com meta de remuneração de 100% do CDI. Durante todo o prazo do contrato, as Companhias devem manter em favor deste contas reservas, com recursos vinculados, no valor correspondente a três meses do serviço da dívida e contrato de O&M, além de uma conta reserva especial destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da atividade operacional de acordo com o contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios. A movimentação dessas contas só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto de renda e contribuição social a pagar	351	1.027
PIS e COFINS	331	537
Outros impostos a pagar	131	174
	<u>813</u>	<u>1.738</u>

16. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Circulante</u>		
Provisão para custos socioambientais (a)	<u>579</u>	<u>1.656</u>
<u>Não circulante</u>		
Provisão para desmobilização (b)	<u>7.494</u>	<u>8.841</u>

(a) Custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial dos parques eólicos, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as condicionantes nela constantes para poder operar; (b) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção do empreendimento); e (c) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, as Centrais Eólicas provisionam os custos socioambientais e incorporaram tais custos no imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos.

(b) Custos para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização foram mensurados com base em informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR (CONSOLIDADO)

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Total</u>
Adoção inicial 01/01/2019	10.321	151	10.472
Remensuração	(155)	3	(152)
Baixas	(711)	(33)	(744)
Atualização monetária	36	1	37
Saldo em 31/12/2019	<u>9.491</u>	<u>122</u>	<u>9.613</u>

Circulante	675
Não circulante	8.938

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	646
2022	618
2023	579
2024	534
2025 a 2029	2.681
2030 a 2034	1.853
2035 a 2039	1.474
2040 a 2044	494
2045 em diante	59
Total	<u>8.938</u>

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

A partir de 2 de abril de 2018, a Ferbasa passou a deter 100% das ações da Companhia conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$604.389, composto por 1.001.385 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas.

A Companhia aprovou no dia 26 de setembro de 2018 em assembleia geral extraordinária o aumento de capital social no montante de R\$ 3.900 sem a emissão de novas ações.

b) Destinação dos lucros

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido, mediante a aprovação prévia do BNDES durante o prazo do financiamento (nota explicativa nº 14), ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão.

c) Prejuízo por ação

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Prejuízo do exercício	(2.519)	(42.302)
Média ponderada das ações	1.001.385	1.001.385
Prejuízo por lote de mil ações básico em R\$	<u>(2,52)</u>	<u>(42,24)</u>

19. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE ENERGIA (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Receita com geração de energia	98.468	93.908
Impostos sobre receita:		
PIS	(798)	(623)
COFINS	<u>(3.715)</u>	<u>(2.886)</u>
Receita líquida	<u>93.955</u>	<u>90.399</u>

20. CUSTOS COM GERAÇÃO DE ENERGIA

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Depreciação	(39.909)	(42.564)
Amortização	(691)	(724)
Amortização de arrendamentos	(341)	-
Transmissão de Energia	(5.025)	(5.317)
Encargos de uso do sistema e controle operação, taxa associativa (ONS, CHESF e CCEE)	(604)	(540)
Serviço de operação e manutenção da usina	(14.609)	(13.215)
Outros	-	-
Cessão de uso de solo	<u>(575)</u>	<u>(747)</u>
	<u>(61.754)</u>	<u>(63.107)</u>

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Despesas com pessoal	-	-	(5.646)	(5.730)
Serviços de terceiros	(224)	(164)	(1.017)	(1.738)
Seguros	-	-	(698)	(915)
Viagens e estadias	-	-	(340)	(531)
Impostos e taxas	(33)	(51)	(371)	(114)
Depreciações e amortizações	(16)	(293)	(16)	(279)
Baixa de ágio sobre investimentos	-	(19.995)	-	(19.995)
Equivalência patrimonial	(2.260)	(22.022)	-	-
Baixa de ativo imobilizado	-	-	-	(2.353)
Outras despesas administrativas	<u>(235)</u>	<u>(5)</u>	<u>106</u>	<u>(467)</u>
	<u>(2.768)</u>	<u>(42.530)</u>	<u>(7.982)</u>	<u>(32.122)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Receitas e despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(28.095)	(31.809)
Despesas com fiança	-	(2.354)
Serviços de controle de garantias sobre financiamentos	(298)	(284)
IOF	(450)	(452)
Encargos financeiros sobre financiamento	(28.843)	(34.899)
Variação monetária passiva de provisões	(411)	(1.616)
Outras despesas financeiras	(255)	(495)
Despesas financeiras	(29.509)	(37.010)
Receita de juros de aplicações financeiras	2.981	3.156
Receita de juros sobre empréstimos e outras	159	158
Receitas financeiras	3.140	3.314
Resultado financeiro	<u>(26.369)</u>	<u>(33.696)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 2019, as controladas optaram pelo lucro real. Adicionalmente, em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas da geração de energia elétrica, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, conforme Laudos Constitutivos de nº 487, 488, 489, 490, 491, 492 e 428/2018, substituídos pelos de nº 291, 292, 293, 300, 301, 302, e 303/2019.

Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as controladas que apuraram base de lucro tributável foram a Caititu, Coqueirinho e Teiú, que monta os valores de IRPJ e CSLL em R\$369, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Prejuízo antes do IRPJ/CSLL	(2.519)	(2.150)
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	856	731
Adições e exclusões		
Equivalência patrimonial	(768)	-
Outros	(88)	(55)
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	-	(1.429)
Incentivo fiscal Sudene	-	343
IRPJ/CSLL	<u>-</u>	<u>(369)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores de IRPJ e CSLL que afetaram os resultados estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	
	Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social
Base de cálculo presumido	93.908	93.908
Presunção do lucro tributável - %	8%	12%
IRPJ e CSLL	7.513	11.477
Outras receitas e outros	2.613	2.613
Base de Cálculo	10.126	14.090
Alíquotas aplicáveis - %	15%	9%
Total	(1.519)	(1.268)
Adicional (10%)	(999)	-
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(2.508)</u>	<u>(1.268)</u>

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (CONTROLADORA)

As Centrais Eólicas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) celebraram contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios em 2015 (vide nota explicativa nº 14) e este contrato prevê a transferência de recursos da Conta de Reserva Especial da controladora BW Guirapá I com autorização do BNDES. Após o encerramento do quadriênio e apuração da penalidade por insuficiência de geração de energia, as Centrais eólicas fizeram o pleito ao BNDES para utilização de parte dos recursos da Conta de Reserva Especial. O BNDES autorizou a movimentação via mútuo com BW Guirapá I. O mútuo no montante de R\$14.475, corrigido pelo CDI, foi assinado em 22 de outubro de 2018 entre as SPEs e a Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 o montante é de R\$9.147.

A movimentação de partes relacionadas está demonstrada a seguir:

	Angical	Caititu	Coqueirinho	Corrupião	Inhambu	Tamanduá	Teiú	Total
Saldos em								
31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição	1.714	1.462	1.394	3.359	1.450	2.932	2.164	14.475
Juros provisionados	19	15	13	36	17	27	21	148
Amortização do principal	(329)	(579)	(752)	(766)	(154)	(1.736)	(1.050)	(5.366)
Amortização de juros	(13)	(11)	(11)	(25)	(12)	(22)	(16)	(110)
Saldos em								
31 de dezembro de 2018	<u>1.391</u>	<u>887</u>	<u>644</u>	<u>2.604</u>	<u>1.301</u>	<u>1.201</u>	<u>1.119</u>	<u>9.147</u>
Juros provisionados	35	23	16	33	66	31	29	233
Amortização do principal	(1.385)	(884)	(641)	(2.598)	(1.290)	(1.196)	(1.115)	(9.109)
Amortização de juros	(41)	(26)	(19)	(39)	(77)	(36)	(33)	(271)
Saldos em								
31 de dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os executivos e diretores da Companhia e suas controladas, totalizou R\$2.033 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.528 em 31 de dezembro de 2018), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia e suas controladas não possuem planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

25. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possui processos de natureza civil, todos decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos e, também, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avaliou a expectativa do desfecho desses processos em andamento, entendendo não haver a necessidade de constituição de uma provisão para contingências.

Os processos classificados como perda possível não são provisionados nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia e suas controladoras possuíam em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$6.814 (R\$5.747 em 31 de dezembro de 2018) com classificação de risco possível decorrentes de processos cíveis e trabalhistas.

26. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto essa transação não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- Em 2019: Reversão de provisão de imobilizado contra provisão de desmobilização no montante de R\$1.347 (conforme nota explicativa nº 9); e Direito de uso em arrendamentos conforme IFRS 16 (conforme notas explicativas nºs 11 e 17).
- Em 2018: Reversão de provisão de imobilizado contra fornecedor no montante de R\$4.978 (conforme nota explicativa nº 9).

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

O novo Coronavírus, "Covid-19", foi descoberto em dezembro de 2019 na China, e já chegou a diversos países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

Face ao cenário apresentado, a Companhia tem mantido monitoramento constante sobre a evolução do tema e até o momento não há expectativa de impacto nas operações.